

DECRETO N° 419, DE 30 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobrea regulamentação no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846, de1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE, Estado do Espírito Santo, usando de atribuição legal prevista no art. 57, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013,

DECRETA:

- **Art. 1º** Este decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, disciplinando o processo administrativo destinado à apuração da responsabilidade de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal direta e Indireta.
- **Art. 2º** A instauração e o julgamento do processo administrativo para apuração de responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade.
- § 1º A Controladoria Geral do Município CGM é atribuída competência concorrente para instaurar e julgar ou, ainda, avocar a si os processos instaurados em outros órgãos e entidades para exame de regularidade ou correção do andamento.
- § 2º O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão composta por dois ou mais servidores estáveis, designada em ato pela autoridade instauradora.
- § 3º Do ato de instauração deverá constar:
- I os fatos, as normas pertinentes à infração e a sanção cabível;
- II os membros da comissão processante, indicando o responsável pela coordenação dos trabalhos;
- III o prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias para conclusão do processo e apresentação de relatório sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica.



- § 4º O prazo para conclusão do processo de responsabilização poderá ser prorrogado mediante ato fundamentado da autoridade instauradora.
- **Art. 3º** No processo administrativo para apuração de responsabilidade será concedido, à pessoa jurídica, prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, para apresentação de defesa escrita e especificação das provas que eventualmente pretenda produzir.
- § 1º Da notificação constará:
- I. a informação da instauração de processo administrativo de responsabilização de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 2013, com seu respectivo número;
- II. o nome e o cargo da autoridade instauradora, bem como dos membros que integram a comissão processante;
- III. o local e o horário em que poderá ser obtida a vista e a cópia do processo; IV. o local e o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação da defesa escrita sobre os fatos descritos no processo, bem como para a especificação das provas que se pretenda produzir;
- V. informação da continuidade do processo administrativo de responsabilização independentemente do seu comparecimento; VI. a descrição sucinta da infração imputada.
- § 2º A notificação será realizada por via postal, com aviso de recebimento.
- § 3º Estando a parte estabelecida em local incerto e não sabido ou inacessível ou, ainda, sendo infrutífera a notificação por via postal, a notificação será realizada por publicação no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação na sede da pessoa jurídica, iniciando-se a contagem do prazo previsto no caput deste artigo a partir da última publicação efetivada.
- § 4º As sociedades sem personalidade jurídica serão intimadas no domicílio da pessoa a quem couber a administração de seus bens, aplicando-se, caso infrutífera, o disposto no § 3º deste artigo.
- **Art. 4º** Na hipótese de a pessoa jurídica requerer a produção de provas, a comissão processante apreciará a sua pertinência em despacho motivado e fixará prazo razoável, conforme a complexidade da causa e demais características do caso concreto, para a produção das provas deferidas.
- **Parágrafo único.** Sendo o requerimento de produção de provas indeferido pela comissão processante, por julgá-las impertinentes, protelatórias ou desnecessárias, a pessoa jurídica poderá apresentar pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias.
- **Art. 5º** A pessoa jurídica poderá requerer todas as provas admitidas em direito e pertinentes à espécie, sendo-lhe facultado constituir advogado para acompanhar o processo e defendê-la.
- § 1º Se a pessoa jurídica não apresentar defesa no prazo estabelecido, será decretada sua revelia.



- § 2º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- **Art. 6º** Tendo sido requerida a produção de prova testemunhal, incumbirá à pessoa jurídica juntar o rol das testemunhas no prazo de defesa e apresentá-las em audiência, independentemente de intimação e sob pena de preclusão.
- § 1º Verificando que a presença do representante da pessoa jurídica pode influir no ânimo da testemunha, de modo a prejudicar a verdade do depoimento, o coordenador da comissão processante providenciará a sua retirada do recinto, prosseguindo na inquirição com a presença de seu defensor, fazendo o registro do ocorrido no termo de audiência.
- § 2º O coordenador da comissão processante inquirirá a testemunha, podendo os demais integrantes requerer que se formule reperguntas, bem como, na sequência, a defesa.
- § 3º O coordenador da comissão processante poderá indeferir as reperguntas, mediante justificativa expressa, transcrevendo-as no termo de audiência, se assim for requerido.
- § 4º Se a testemunha ou o representante da pessoa jurídica se recusar a assinar o termo de audiência, o coordenador da comissão processante fará o registro do fato no mesmo termo, na presença de duas testemunhas convocadas para tal fim, as quais também o assinarão.
- **Art. 7º** Caso considere necessária e conveniente à formação de convicção acerca da verdade dos fatos, poderá o coordenador da comissão processante determinar, de ofício ou mediante requerimento:
- a oitiva de testemunhas referidas;
- II. a acareação de duas ou mais testemunhas, ou de algumas delas com representante da pessoa jurídica, ou entre representantes das pessoas jurídicas, quando houver divergência essencial entre as declarações;
- III. a adoção de outros meios de prova em direito admitidos.
- **Art. 8º** Decorrido o prazo para a produção de provas pela pessoa jurídica, a comissão processante dará continuidade aos trabalhos de instrução, promovendo as diligências cabíveis, solicitando quando necessário, informações a outros órgãos e entidades, bem assim, havendo juntada de novos documentos ao processo administrativo, intimará a pessoa jurídica para se manifestar em 5 (cinco) dias.
- **Parágrafo único.** O prazo para o término da instrução será razoável, conforme a complexidade da causa e demais características do caso concreto.
- **Art. 9º** O relatório da comissão processante deverá descrever os fatos apurados durante a instrução probatória, conter a apreciação dos argumentos apresentados pela defesa, o detalhamento das provas de sua insuficiência, os argumentos jurídicos que o lastreiam, ser conclusivo quanto à responsabilização ou não da pessoa jurídica, bem como, quando for o caso, sobre a desconsideração de sua personalidade jurídica.



- § 1º No caso de a pessoa jurídica ter celebrado acordo de leniência, o relatório deverá informar se ele foi cumprido.
- § 2º Verificada a prática de irregularidades por parte de agente público municipal, deverá essa circunstância constar do relatório final, com posterior comunicação ao órgão/ente competente para apuração de possível processo administrativo disciplinar.
- § 3º Concluindo a comissão processante pela responsabilização da pessoa jurídica, o relatório deverá sugerir as sanções a serem aplicadas e o seu quantum, consideradas as disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013, e neste decreto.
- **Art. 10.** Uma vez concluído, o relatório será encaminhado, pela comissão, à Procuradoria Geral do Município, para que seja promovida, no prazo de 30 (trinta) dias, a manifestação jurídica a que se refere o § 2º do art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013.

DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

- **Art. 11.** O valor da multa será calculado conforme definido no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013, considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como:
- I. a gravidade da infração, cuja avaliação deverá levar em conta o bem jurídico e o interesse social envolvidos;
- II. a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, cuja avaliação incluirá, quando for o caso, os valores recebidos ou que deixaram de ser desembolsados, bem como se houve tratamento preferencial contrário aos princípios e regras da administração pública, a fim de facilitar, agilizar ou acelerar a execução das atividades administrativas; III. a consumação ou não do ato precedente que derivou a infração;
- IV. o grau de lesão ou perigo de lesão, cuja análise levará em consideração o patrimônio público envolvido;
- V. o efeito negativo produzido pela infração, cuja análise levará em conta o comprometimento ou ofensa aos planos e metas da Administração Pública Municipal;
- VI. a situação econômica do infrator;
- VII. a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, cuja análise considerará a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber, e a obtenção de informações ou documentos que comprovem o ilícito sob apuração, ainda que não haja sido firmado acordo de leniência;
- VIII. o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade púbica, caso existam, e guardem relação com o ilícito apurado.
- **Art. 12.** A multa prevista no art. 11 sofrerá acréscimos ou decréscimos de 3% (três pontos percentuais), cumulativamente, para cada prática listada a seguir, que tenha sido adotada ou não pela pessoa jurídica:

- I. capacitação de todos os funcionários e terceirizados, acerca das condutas que constituem atos lesivos à administração pública, bem como conceitos de probidade administrativa, princípios que regem a administração pública, bem como as penalidades civis e criminais que a pessoa jurídica e o funcionário estão sujeitos;
- II. o estabelecimento, na pessoa jurídica, de Programa de Conformidade, bem como a evidenciação de comprometimento da Ata de Administração com seu cumprimento; III. a efetiva adoção e padrões de conduta, consolidados em códigos de ética, aplicáveis a todos os funcionários, independentemente de cargo ou função ocupados, incluindo membros do conselho de administração, caso existente, e, conforme o caso, a parceiros de negócios, tais como agentes, intermediários, consultores, representantes, distribuidores, terceirizados, fornecedores e associados;
- IV. a realização de análises de riscos periódicas, com vistas a realizar adaptações necessárias no programa de integridade e garantir sua contínua efetividade;
- V. a previsão e aplicação de medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;
- VI. a instituição de procedimentos de auditoria e diligências apropriados para as contratações, e, conforme o caso, supervisão de todos os seus agentes, intermediários, procuradores, prepostos e parceiros de negócio;
- VII. o monitoramento contínuo do programa de integridade e de sua aplicação, com vistas a avaliar e a aprimorar sua efetividade na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos de que trata este decreto e a legislação em vigor. **Parágrafo único.** Para cada prática, sua adoção implicará na redução da multa, ao passo que sua inocorrência implicará em majoração da multa, no percentual estabelecido no caput.
- **Art. 13.** A decisão da autoridade instauradora, devidamente motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, será proferida no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento do processo administrativo, prorrogável por igual período conforme a complexidade da causa e demais características do caso concreto.
- § 1º A autoridade instauradora elaborará extrato da decisão condenatória, contendo, entre outros elementos, a razão social da pessoa jurídica, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ, o(s) nomes(s) fantasia por ela utilizados, o resumo dos atos ilícitos, explicitando tratar-se de condenação pela prática de atos contra a Administração Pública do Município de Água Doce do Norte, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, com a transcrição dos dispositivos legais que lhe deram causa.
- § 2º Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial dos Municípios (AMUNES), dando-se conhecimento do seu teor ao Ministério Público para apuração de eventuais ilícitos, inclusive quanto à responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe.
- Art. 14. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado do processo administrativo de responsabilização, o extrato da decisão condenatória, previsto no § Av. Sebastião Coelho de Souza, 570 Centro Água Doce do Norte ES CEP 29.820-000



- 1º do artigo 13 deste decreto, será publicado às expensas da pessoa jurídica, cumulativamente, nos seguintes meios:
- I. na página inicial do sítio eletrônico da pessoa jurídica, caso exista, com no mínimo o mesmo destaque dos demais elementos visuais do sítio, sendo mantida a publicação pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias;
- II. em um ou mais jornais de grande circulação na região de atuação da empresa; III. em edital a ser afixado pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade da pessoa jurídica, de modo visível ao público.

Parágrafo único. O extrato da decisão condenatória também poderá ser publicado no sítio eletrônico oficial do Município de Água Doce do Norte.

DO RECURSO

- **Art. 15.** Da decisão administrativa de que trata o caput do artigo 13, caberá interposição de um único recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do diário Oficial do Estado.
- § 1º O Recurso será protocolado no Protocolo Geral, a ser alçado à Controladoria Geral do Município CGM que avocará o processo administrativo de responsabilização, fará a juntada do Recurso, examinará sua admissibilidade, e providenciará a tramitação.
- § 2º Admitido, o Recurso será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que seja promovido, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestação jurídica sobre as razões do recurso, para subsidiar decisão da comissão julgadora.
- § 3º O Recurso será julgado por uma comissão composta pelos titulares da Controladoria Geral do Município, da Secretaria de Administração e Recursos Humanos e da Procuradoria Geral do Município, sob a coordenação do primeiro.
- § 4º No caso do impedimento ou suspeição de algum membro da comissão, este será substituído pela Secretaria de Governo, ou por outro secretário por esse designado.

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

- **Art. 16.** Compete ao titular da Controladoria Geral do Município a celebração de acordo de leniência, nos termos do Capítulo V da Lei Federal n. 12.846, de 2013, sendo vedada a sua delegação.
- **Art. 17.** A proposta do acordo de leniência será sigilosa, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº. 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do processo administrativo de responsabilização.
- **Art. 18.** Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada a proposta de acordo de leniência rejeitada na fase



de negociação, da qual não se fará qualquer divulgação, nos termos do § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

- **Art. 19.** A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, conterá a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e incluirá ainda, no mínimo, a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber, o resumo da prática supostamente ilícita e a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.
- § 1º A proposta de acordo de leniência será protocolada na Controladoria Geral do Município, em envelope lacrado e identificado com os dizeres "Proposta de Acordo de Leniência nos Termos da Lei Federal nº 12.846/2013" e "Confidencial".
- § 2º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência, haverá registro dos temas tratados, em duas vias, assinado pelos presentes, o qual será mantido em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.
- **Art. 20.** A fase de negociação do acordo de leniência, que será confidencial, poderá durar até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis, contados da apresentação da proposta.
- **Art. 21.** A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência pelas pessoas naturais em conformidade com seu contrato social ou instrumento equivalente.
- **Art. 22.** Do acordo de leniência constará obrigatoriamente:
- I. a identificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes legais, acompanhada da documentação pertinente;
- II. a descrição da prática denunciada, incluindo a identificação dos participantes que a pessoa jurídica tenha conhecimento e relato de suas respectivas participações no suposto ilícito, com a individualização das condutas;
- III. a confissão da participação da pessoa jurídica no suposto ilícito, com a individualização de sua conduta;
- IV. a declaração da pessoa jurídica no sentido de ter cessado completamente o seu envolvimento no suposto ilícito, antes ou a partir da data da propositura do acordo;
- V. a lista com os documentos fornecidos ou que a pessoa jurídica se obriga a fornecer com o intuito de demonstrar a existência da prática denunciada, com o prazo para a sua disponibilização;
- VI. a obrigação da pessoa jurídica em cooperar plena e permanentemente com as investigações e com o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento;
- VII. a declaração da Controladoria Geral do Município de que a celebração e cumprimento do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do artigo 6º e no inciso IV do artigo 19, ambos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e reduzirá, em até 2/3 (dois terços), o valor da multa aplicável, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, ou, conforme o caso, isentará ou atenuará as



sanções administrativas estabelecidas na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

- VIII. o percentual em que será reduzida a multa, bem como a indicação das demais sanções que serão isentas ou atenuadas e qual grau de atenuação, caso a pessoa jurídica cumpra suas obrigações no acordo;
- IX. a previsão de que o não cumprimento, pela pessoa jurídica, das obrigações previstas no acordo de leniência resultará na perda dos benefícios previstos no § 2º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
- X. as demais condições que a Controladoria Geral do Município considere necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.
- § 1º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.
- § 2º O percentual de redução da multa previsto no § 2º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e a isenção ou a atenuação das sanções administrativas estabelecidas na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos, serão estabelecidos, na fase de negociação, levando-se em consideração o grau de cooperação plena e permanente da pessoa jurídica com as investigações e o processo administrativo, especialmente com relação ao detalhamento das práticas ilícitas, a identificação dos demais envolvidos na infração, quando for o caso, e as provas apresentadas, observado o disposto no § 3º deste artigo.
- § 3º Quando a proposta de acordo de leniência for apresentada após a ciência, pela pessoa jurídica, da instauração dos procedimentos previstos no caput do artigo 3º deste decreto, a redução do valor da multa aplicável será, no máximo, de até 1/3 (um terço).
- § 4º A proposta de acordo de leniência não poderá ser apresentada após o encaminhamento do relatório da comissão processante à autoridade instauradora para Julgamento.
- **Art. 23.** Caso a pessoa jurídica que tenha celebrado acordo de leniência forneça provas falsas, omita ou destrua provas ou, de qualquer modo, comporte-se de maneira contrária à boa-fé e inconsistente com o requisito de cooperação plena e permanente, a Controladoria Geral do Município fará constar o ocorrido nos autos do processo, cuidará

para que ela não desfrute dos benefícios previstos na Lei Federal n. 12.846, de 2013, e comunicará o fato ao Ministério Público e fará constar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

Art. 24. Na hipótese de o acordo de leniência não ser firmado, eventuais documentos entregues serão devolvidos à proponente, sendo vedado seu uso para fins de responsabilização, salvo quando deles já se tinha conhecimento antes da proposta de acordo de leniência ou pudesse obtê-los por outros meios.



DA DÍVIDA ATIVA

Art. 25. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias e seu inadimplemento acarretará inscrição em Dívida Ativa do Município.

Parágrafo único. Havendo desconsideração da personalidade jurídica da empresa, a inscrição em dívida ativa será realizada, também, em relação aos sócios e aos administradores.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 26.** A Controladoria Geral do Município fica autorizada a expedir normas complementares que se fizerem necessárias à operacionalização deste Decreto.
- **Art. 27.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Água Doce do Norte – ES, 30 de abril de 2025.

Abraão Lincon Elizeu Prefeito Municipal

Assinado por ABRAAO LINCON ELIZEU 602.*** ***-** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE





www.dio.es.gov.br

Comprovante de Envio de Publicação

Protocolo 1542866

O Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo declara que o conteúdo abaixo foi recebido pelo Sistema IOES, para publicação no Diário Oficial na Categoria e Data descritas abaixo, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário Publicador o conteúdo da matéria e a data de publicação selecionada..

Identificação do REMETENTE

Cliente PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE

Publicador ELIZANGELA CRISTINA GUSS

Data/Hora Recebimento 30/04/2025 14:08:00

Identificação da MATÉRIA

Protocolo 1542866

Título DECRETO Nº 419 2025

Categoria de publicação Decreto

Coluna(s) 1

Data de Publicação 02/05/2025 Situação APROVADA

Centimetragem (cm/col)	Valor Unitário (cm/col)	Valor Total
191.89	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Departamento de Imprensa Oficial

CNPJ: 28.161.362/0001--83

Av. Nossa Sra. da Penha, 714, Ed. RS TRADE TOWER, 4º andar

Praia do Canto - Vitória / ES

CEP 29.055-130

Publicações e Assinaturas

(27) 3636-6932 / (27) 3636--6933

(27) 3636--6934 / (27) 3636-6935

Fax: (27) 3636-6931

at endimento @dio.es.gov.br

Seg à Sex, de 08:00h às 18:00h

DECRETO Nº 419, DE 30 DE ABRIL DE 2025 Dispõe sobrea regulamentação no Pág. 23 do Poder Executivo Municipal, a Lei 001691/2025 nº 12.846, de1º de agosto de 2013, que cuspõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE, Estado do Espírito Santo, usando de atribuição legal prevista no art. 57, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º do agosto do 2012 de agosto de 2013,
DECRETA:
Art. 1º Este decreto regulamenta, no âmbito
do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº
12.846, de 1º de agosto de 2013,
disciplinando o processo administrativo
destinado à apuração da responsabilidade de
pessoas jurídicas pela prática de atos contra a
Administração Pública Municipal direta e
Indireta. Art. 2º A instauração e o julgamento
do processo administrativo para apuração de
responsabilidade de pessoa jurídica cabem à
autoridade máxima de cada órgão ou
entidade. § 1º A Controladoria Geral do
Município - CGM - é atribuída competência
concorrente para instaurar e julgar ou, ainda, de agosto de 2013, responsabilidade máxima de cada órgão ou entidade. § 1º A Controladoria Geral do Município - CGM - é atribuída competência concorrente para instaurar e julgar ou, ainda, avocar a si os processos instaurados em outros órgãos e entidades para exame de regularidade ou correção do andamento. § 2º O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão composta por dois ou mais servidores estáveis, designada em ato pela autoridade instauradora. § 3º Do ato de instauração deverá constar: I - os fatos, as normas pertinentes à infração e a sanção cabível; II - os membros da comissão processante, indicando o responsável pela coordenação dos trabalhos; III - o prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias para conclusão do processo e apresentação de relatório sobre os fatos apurados e eventual responsabilização poderá ser prorrogado mediante ato fundamentado da autoridade instauradora. Art. 3º No processo aburídica, prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, para apresentação de defesa escrita e específicação das provas que eventualmente pretenda produzir. § 1º Da notificação, para apresentação da defesa escrita e específicação das provas que eventualmente pretenda produzir. § 1º Da notificação constará: I. a informação da instauração de processo administrativo de responsabilização de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 2013, com seu respectivo número; II. o nome e o cargo da autoridade instauradora, bem como dos membros que integram a comissão processante; III. o local e o horário em que poderá ser obtida a vista e a cópia do processo; IV. o local e o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação da defesa escrita sobre os fatos descritos no processo, bem como para a especificação das provas que se pretenda produzir; V. informação da continuidade do processo administrativo de responsabilização independentemente do seu comparecimento; VI. a descrição sucinta da infração imputada. § 2º A notificação será realizada por via postal, a notificação será realizada

contagem do prazo previsto no cancidados de la contagem do prazo previsto no cancidados de la contagementa d intimadas no domicílio da pessoa quem couber a administração de seus bens, aplicando-se, caso infrutífera, o disposto no § 3º deste artigo. Art. 4º Na hipótese de a jurídica а pessoa requerer produção de processante provas, a comissão apreciará pertinência despacho motivado fixará conforme razoável, complexidade causa demais características do caso concreto, para a produção das provas deferidas. Parágrafo único. Sendo o requerimento de produção de provas indeferido pela comissão processante, por julgá-las impertinentes, protelatórias ou despocaçaírias a pagas jurídica podorá desnecessárias, a pessoa jurídica poderá apresentar pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias. Art. 5º A pessoa jurídica de 5 (cinco) dias. Art. 5º A pessoa jurídica poderá requerer todas as provas admitidas em pertinentes sendo-lhe direito espécie, para 1º ° facultado constituir advogado acompanhar o processo e defendê-la. jurídica não apresentar tabelecido, será decre pessoa defesa estabelecido, decretada prazo sua O réu, sendo pessoa jurídica ou revelia. § 2º firma individual, poderá titular por representado preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício. Art. 6º Tendo sido requerida a produção de prova testemunhal, incumbirá à pessoa jurídica juntar o rol de testemunhal, testemunhas no prazo de defesa e apresentáindependentemente audiência, de intimação e sob pena de preclusão. § 1º Verificando que a presença do representante da pessoa jurídica pode influir no ânimo da testemunha, de modo a prejudicar a verdade do donoimento o coordonador da comisção testemunha, ue

do depoimento, o coordenador un processante providenciará a sua retirada do recinto, prosseguindo na inquirição com a presença de seu defensor, fazendo o registro do ocorrido no termo de audiência. § 2º O coordenador da comissão processante control o demais formule integrantes requerer se reperguntas, ber defesa. § 3º O bem como, sequência, na coordenador da comissão processante poderá indeferir as reperguntas, mediante justificativa expressa, transcrevendo-as no termo de audiência, se assim for requerido. § 4º Se a testemunha ou o representante da pessoa jurídica se recusar a assinar o termo de audiência, o coordenador da comissão processante fará o registro do foto no magante de despe fato no mesmo termo, na presença de duas testemunhas convocadas para tal fim, as quais também o assinarão. Art. 7º Caso considere à formação е conveniente necessária de convicção acerca da verdade dos fatos, poderá da coordenador comissão processante de determinar, requerimento: testemunhas oitiva de II. a referidas; acareação de duas ou delas ou de algumas representante da pessoa jurídica, entre representantes das pessoas jurídicas, quando divergência houver essencial entre as declarações; III. a adoção de outros meios de prova em direito admitidos. Art. 8º Decorrido o para a produção de provas pela jurídica, a comissão processante dará prazo pessoa continuidade trabalhos de instrução, promovendo diligências cabíveis, . solicitando quando necessário, informações orgãos e entidades, bem ass juntada de novos documentos administrativo, intimará a pes outros órgãos assim, havendo pessoa

jurídica para se manifestar em (c^{inco}) dias t ^{Pág. 25} da Parágrafo único. O prazo para razoável, CO 001691/2025 caso processante relatório comissão deverá fatos apurados descrever durante os instrução probatória, conter a apreciação dos argumentos apresentados pela defesa, provas de sua insuficiência, detalhamento das lastreiam, ser argumentos jurídicos que o os conclusivo quanto à responsabilização ou pessoa jurídica, da bem como, quando desconsideração caso, sobre de § 1º No caso o celebrado acordo personalidade jurídica. pessoa j leniência, jurídica de ter relatório deverá informar se o o. § 2º Verificada a prática foi cumprido. irregularidades p municipal de por parte de agente público municipal, deverá essa circunstáncia constar do relatório final, com posterior comunicação ao órgão/ente competente para apuração de possível processo administrativo disciplinar. § 3º Concluindo a comissão processos Concluindo comissão processante pela а relatório deverá sugerir as san aplicadas e o com jurídica, serem as sanções relatorio devela saga aplicadas e o seu quantum, col """ contidas na Lei consideradas contidas **Federal** disposições contidas na Lei Federai nº 12.846/2013, e neste decreto. Art. 10. Uma vez concluído, o relatório será encaminhado, pela comissão, à Procuradoria Geral do Município, para que seja promovida, no prazo de 30 (trinta) dias, a manifestação jurídica a que se refere o § 2º do art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013. DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES Art. 11 0 valor da multa sorá valor SANÇÕES da calculado conforme definido no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013, 6º da Lei Federal nº 12.846/201 considerando os princípios da razoabilidade da proporcionalidade, bem como: I. iderando os princípios de proporcionalidade, bem como: 1. a idade da infração, cuja avaliação deverá em conta o bem jurídico e o interesse al envolvidos; II. a vantagem auferida ou endida pelo infrator, cuja avaliação deixá. quando for o caso, os valores deixaram de ser gravidade da levar social envolvidos; pretendida incluirá, recebidos desembolsados, houve bem tratamento preferencial contrário princípios e regras da administração pública, a fim de facilitar, agilizar ou acelerar a execução atividades administrativas; consumação ou não do ato precedente que infração; IV. derivou o grau de lesão ou lesão, perigo de cuja análise levará consideração o patrimônio público envolvido; negativo produzido pela efeito levará análise cuja em conta comprometimento comprometimento ou orensa assignation in metas da Administração Pública Municipal; ofensa aos planos infrator; jurídica da cooperação pessoa para das infrações, identificação análise cuja apuração considerará a identificação dos de envolvidos na infração, quando couber, obtenção de informações ou documentos que provem o ilícito sob apuração, ainda que haja sido firmado acordo de leniência; comprovem não VIII. mantidos dos contratos valor pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade púbica, caso existam, e guardem relação com o ilícito apurado. Art. 12. A multa prevista no art. 11 sofrerá acréscimos ou decréscimos de (três pontos percentuais), cumulativamente, para cada prática listada seguir, que tenha sido adotada ou não pela pessoa jurídica: I. capacitação de todos os funcionários e terceirizados, acerca das terceirizados, a constituem atos que condutas constituem lesivos administração pública, bem como conceitos de administrativa, probidade

a administração lades civis e cr pública, bem <u>nam</u> as iminais que ^{Pág 26} soa penalidades criminais juridica e c estabelecimento, na pecca estabelecimento, na pecca de Conformidade, **suj** 001691/2025 jurídica e o funcionário estão pessoa juriaica evidenciação de comprometimento da Ata seu cumprimento; Administração III. com adoção padrões conduta, efetiva de consolidados em códigos de ética, aplicáveis todos funcionários, independentemente cargo ou função ocupados, incluindo membros do conselho de administração, caso existente, e, conforme o caso, a parceiros de negócios, agentes, intermediários, tais consultores, representantes, distribuidores, terceirizados, fornecedores e associados; realização de análises de riscos periodicas, com vistas a realizar adaptações necessárias periódicas, no programa de integridade e garantir contínua efetividade; V. a previsão e aplicação de medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade; VI. a instituição de procedimentos de auditoria е diligências apropriados para as contratações, e, conforme o caso, supervisão de todos os seus agentes, procuradores, jócio; VII. o intermediários, prepostos monitoramento negócio; parceiros de contínuo do programa de integridade e de sua aplicação, com vistas a avaliar e a aprimorar sua efetividade na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos de que trata este Parágrafo e a | Para vigor. decreto legislação em único. prática, cada na redução da multa, implicará adoção que sua inocorrência implicará da multa, percentual majoração 13. A no caput. estabelecido Art. decisão da instauradora, a indicação autoridade devidamente motivada dos fatos jurídicos, fundamentos será proferida 15 (quinze) dias do recebimento do prazo de processo administrativo, prorrogável por igual período conforme a complexidade da causa 10 demais características do caso concreto. autoridade extrato instauradora elaborará contendo, condenatória, da decisão entre azão social da pessoa inscrição no Cadastro Jurídica - CNPJ, o(s) elementos, razão outros de insc. a Jurídica utiliz jurídica, o n Nacional da Pessoa nomes(s) fantasia por ela utilizados, o resumo ilícitos, explicitando tratar-se atos condenação pela prática de atos contra a Administração Pública do Município de Água Doce do Norte, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, com a transcrição dos dispositivos legais que lhe deram causa. § 2º processo na esfera a decisão final será publicada Encerrado administrativa, no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial dos Municípios (AMUNES), dando-se conhecimento do seu teor ao Ministério Público para ao -apuração -----to à ilícitos, inclusive de eventuais quanto à responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica ou de qualquer responsabilidade pessoa natural, autora, coautora ou partícipe. Art. 14. No prazo máximo de 30 (trinta) dias julgado após administrativo de responsabilização, o extrato da decisão condenatória, previsto no artigo 13 deste decreto, será publ 1º do decreto, será publicado jurídica, pessoa expensas seguintes meios: cumulativamente, nos página sítio eletrônico da pessoa inicial do jurídica, caso exista, com no mínimo o mesmo destaque dos demais elementos visuais do sítio, sendo mantida a publicação pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; II. em um ou mais jornais de grande circulação na região de atuação da empresa; III. em edital a ser afixado pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias,

próprio estabelec pág. 27 exercício da atividade da pessoa modo visível ao público. Parágra Parágra 1 001691/2025 decisão condenatória poderá ser publicado no sítio eletrônico Agua do Município de Doce do Norte. Da decisão RECURSO Art. 15. administrativa caput do artigo 13, caberá de trata 0 que interposição de um único recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da dias, 15 (quinze) dias, contados a pa publicação do diário Oficial do Estado. Recurso será protocolado no Protocolo Geral, alçado Controladoria Geral **CGM** Município o processo que avocará de responsabilização, Recurso, examinará administrativo fará juntada admissibilidade, e providenciará a tramitação § 2º Admitido, o Recurso sera encumento. Procuradoria Geral do Município para que seja no prazo de 30 (trinta) dias, 2º Admitido, o Recurso será encaminhado sobre jurídica razões do subsidiar decisão da comis º O Recurso será julgado comissão recurso, julgadora. por uma comissão composta da Geral Controladoria Secretaria Administração Recursos Geral **Procuradoria** Humanos Município, coordenação do primeiro. No caso do impedimento ou suspeição de comissão, algum membro da este será substituído pela Secretaria de Governo, ou por outro secretário por esse designado. DO tário por esse LENIÊNCIA Art. DE LENIÊNCIA Art. 16. Compete a Controladoria Geral do Município DΕ titular celebração de acordo de leniência, nos termos do Capítulo V da Lei Federal n. 12.846, de de sendo vedada a sua delegação. Art. 17. do acordo **leniência** será proposta de sigilosa, conforme previsto no § 6° do artigo 12.846, 2013, Lei Federal de apartados do autos processo de responsabilização. Art. administrativo 18. Não importará em confissão à matéria quanto de ilicitude de fato, nem reconhecimento conduta analisada a proposta de acordo de leniência rejeitada na fase de negociação, da e fará qualquer divulgação, nos 6º do artigo 16 da Lei Federal nº não qual quai inde termos do § 6º do artigo __ 1º 846, de 2013. Art. 19. A ---do de lenié apresentação de leniência deverá ser por realizada qualificação da completa pessoa jurídica de representantes, devidamente documentada, incluirá ainda, no mínimo, a previsão de identificação dos de suposto ilícito, quando envolvidos demais no couber, prática supostamente ilícita e a descrição das documentos apresentados provas a serem hipótese de celebração. sua de proposta acordo de leniência protocolada na Controladoria Gold. Município, em envelope lacrado e identificado com os dizeres "Proposta de Acordo de Leniência nos Termos da 12.846/2013" e "Confidencial' .eniência acordo de negociação do leniência, haverá registro dos temas tratados, em duas vias, assinado pelos presentes, o qual será mantido em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica. de fase negociação leniência, de que será confidencial, 60 até (sessenta) prorrogáveis, contados apresentação 21. proposta. pessoa jurídica representada na negociação e na celebração do acordo de leniência pelas pessoas naturais seu contrato social ou e. Art. 22. Do acordo conformidade com em equivalente. instrumento obrigatoriamente:

identificação completa da pessoa jurídica o seus representantes legais, acomp Pág. 28 documentação pertinente; II. a d 001691/2025 iente; II. a d 001691/2025 da incluindo a igenturcaca a a pecca denunciada, dos participantes que a pessoa jurídica conhecimento relato de suposto no ilícito, participações com individualização das condutas; III. a confissão da participação da pessoa jurídica no suposto ilícito, com a ma IV. a declaração tor cessac com a individualização de sua da pessoa jurídica no sentido ter completamente envolvimento no suposto ilícito, antes partir da data da propositura do acordo; lista com os documentos fornecidos ou que pessoa jurídica se obriga а fornecer com intuito de demonstrar a existência da prática denunciada, prazo da disponibilização; obrigação plena permanentemente com as investigações e com o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos processuais, declaração da atos até seu encerramento; Controladoria da а Município de que a celebração e cumprimento acordo leniência isentará pessoa de do jurídica das sanções previstas no inciso II do artigo 6º e no inciso IV do artigo 19, ambos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e reduzirá, em até 2/3 (dois terços), o valor da multa (dois terços), o valor da observado o disposto nos §§ aplicável, deste artigo, o caso, isentará administrativas atenuarà estabelecidas na Lei 14.133 de 1º de abril Licitações de 2021 de Administrativos; VIII. percentual 0 em será reduzida a multa, bem como a indicação das demais sanções que serão isentas ou atenuadas atenuação, qual grau caso jurídica cumpra obrigações previsão acordo; que cumprimento, pela pessoa obrigações previstas no acordo de **leniência** resultará na perda dos benefícios previstos no § 2º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de § **2º c 2013**; as ... a Geral as demais condições Município efetividade necessárias para assegurar colaboração e o resultado útil do processo. 1º A proposta de acordo de leniência somente tornará pública após efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo. § 2º O percentual de redução da multa previsto no § 2º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, 2013, , e a isenção ou a atenuaç administrativas estabelecidas atenuação sanções no 14.133 de 1º de abril de 2021 Lei Administrativos, Contratos Licitações e serão estabelecidos, fase de negociação, levando-se consideração grau cooperação pessoa plena permanente as investigações e relação ao administrativo, especialmente com práticas ilícitas. das detalhamento dos demais identificação for as infração, quando 0 caso, apresentadas, observado o disposto no 3о Quando proposta deste artigo. а de apresentada leniência acordo após ciência, pela pessoa jurídica, da instauração dos procedimentos previstos no caput do artigo 3º deste decreto, a redução do valor da multa aplicável será, no máximo, de até 1/3 (um terço). § 4º A proposta de acordo de não poderá ser apresentada após leniência relatório encaminhamento do da comissão autoridade instauradora para t. 23. Caso a pessoa jurídica processante Art.

que tenha celebrado acordo de Pág. 29 rua forneça provas falsas, omita ol Pág. 29 rua provas ou, de qualquer modo, com 001691/2025 de maneira contrária à boa-fé e inconsistente com o requisito de cooperação plena e permanente, a Controladoria Geral do Município fará constar o ocorrido nos autos do processo, cuidará para que ela não desfrute dos benefícios previstos na Lei Federal n. 12.846, de 2013, e comunicará o fato ao Ministério Público e fará constar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP. Art. 24. Na hipótese de o acordo de leniência não ser firmado, eventuais documentos entregues serão devolvidos à proponente, sendo vedado seu uso para fins de responsabilização, salvo quando deles já se tinha conhecimento antes da proposta de acordo de leniência ou pudesse obtê-los por outros meios. DA DÍVIDA ATIVA Art. 25. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias e seu inadimplemento acarretará inscrição em Dívida Ativa do Município. Parágrafo único. Havendo desconsideração da personalidade jurídica da empresa, a inscrição em dívida ativa será realizada, também, em relação aos sócios e aos administradores. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 26. A Controladoria Geral do Município fica autorizada a expedir normas complementares que se fizerem necessárias à

municipio fica autorizada a expedir normas complementares que se fizerem necessárias à operacionalização deste Decreto. Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se, publique-se e cumprase. Água Doce do Norte - ES, 30 de abril de 2025.

Abraão Lincon Elizeu Prefeito Municipal